

AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DECISÓRIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA/PE.

Wellington Lins de Souza ¹

Ana Célia Cordeiro de Lira ²

Gabriella Veríssimo Dantas Rameh ³

Priscila de Souza Amazonas Reis Cavalcanti ⁴

José Walmilson do Rêgo Barros ⁵

RESUMO

A formação continuada de professores é um direito previsto em diversos documentos oficiais, além de configurar-se como um espaço dinâmico importante ao fazer docente. Nesse bojo, a partir de 2020 o município do Ipojuca, localizado no estado de Pernambuco, iniciou um arcabouço de ações com vistas à construção e implementação de sua política de formação continuada. Desde então as possibilidades de participação docente na construção da política de formação continuada e na decisão das ações formativas caracterizam-se como diferencial democrático, justo e motivador no contexto das políticas públicas educacionais, objetivando a garantia do direito docente e o cumprimento do dever do Estado. Sobre isso, este trabalho busca evidenciar os instrumentos desenvolvidos para a participação docente na construção e rumos dos processos formativos no município. Como exemplos desse mecanismo estão a contribuição dos atores educacionais no texto da política de formação, a abertura dos canais de participação na indicação de pautas formativas (em rede e em serviço), a possibilidade direta de participação docente como formador em rede e as reuniões de acompanhamento com os formadores/analistas educacionais. Na prática, a tecnologia utilizada tem possibilitado proximidades democráticas à formação continuada do município, como comprovam as evidências de participação analisadas a cada mês. Assim, o modelo de construção e aplicação da política e dos momentos de formação continuada no município do Ipojuca parece constituir proximidade ao fazer docente, garantindo-lhe o direito de participar ativamente na construção dos processos, além de fomentar o sentimento de pertencimento sobre as decisões das políticas públicas educacionais do município.

Palavras-chave: Política Pública, Formação Continuada, Controles Formais da Sociedade.

¹ Doutor em Educação, coordenador de formação continuada do município do Ipojuca/PE, wellington.souza@ufpe.br;

² Graduada em Pedagogia, coordenadora de formação continuada do município do Ipojuca/PE, celinha.lira@hotmail.com;

³ Mestranda em Educação, coordenadora de formação continuada do município do Ipojuca/PE gabirameh@gmail.com;

⁴ Especialista em Psicopedagogia Escolar, coordenadora de formação continuada do município do Ipojuca/PE pri.cavalcanti84@gmail.com;

⁵ Mestre em Ensino de História, coordenador de formação continuada do município do Ipojuca/PE, jose.barros@educacao.ipojuca.pe.gov.br.

INTRODUÇÃO

A importância da Formação Continuada ao docente de ensino básico está asseverada na legislação brasileira em diversos documentos, dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996); o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Parâmetros em Ação (Brasil, 1999); o Parecer CNE/CEB N° 18/2012 (que trata da jornada de trabalho do magistério), em consonância com a Lei n° 11.738/2008 (Lei Nacional do Piso do Magistério) e a Resolução CNE/CP n° 1 de 2020 [que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)].

Tratando especificamente sobre o município do Ipojuca - localizado ao sul da Região Metropolitana do Recife – até pouco tempo seu Secretaria Municipal de Educação não possuía diretrizes pedagógicas e operacionais formalmente estabelecidas para reger os processos de Formação Continuada dos docentes na sua rede educacional. Os processos formativos eram orientados apenas por uma Instrução Normativa que regulamentava a jornada de trabalho destinada à aula atividade dos professores em efetivo exercício de sala de aula.

“(…) Os processos formativos ofertados pela Rede Municipal de Ensino do Ipojuca foram executados pelas equipes técnico-pedagógicas da Secretaria de Educação e das escolas, ou ainda por meio de parcerias firmadas com os entes federativos e instituições públicas ou privadas (...)” (Ipojuca, 2021, p.08).

Nesse bojo, valendo-se de documentos oficiais já instituídos, como a Lei n° 1.351/2003, que instituiu o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal; o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025); a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017) e o Currículo Referência do Ipojuca (2020), a prefeitura municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, resolveu avançar no arcabouço envolvido na Formação Continuada do corpo docente da rede pública de ensino básico, remodelando sua estrutura organizacional. O novo modelo gerencial da educação municipal reverberou, a partir de 2021, na instituição da Gerência de Formação Continuada (GEFOC – SME), que nasceu com a missão de elaborar a Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino do Ipojuca (PFC), de modo a nortear as práticas formativas das diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, além de potencializar as ações de formação, a partir de diretrizes pedagógicas e operacionais. A referida PFC foi finalizada e oficializada ainda em 2021, sendo posteriormente chancelada pelo Conselho Municipal de Educação do município.

Durante o processo de construção da PFC, uma das premissas foi a garantia da participação ampla do corpo docente municipal, fosse de forma direta (professores em regência na escola) ou indireta [por meio da representação de classe (Sindicato) e de professores atuantes em cargos técnicos à época]. Essa lógica de “fazer” em política pública corrobora com os preceitos descritos por Ball, Maguire e Braun (2016) ao incluir e considerar como cruciais as ações de todos os atores envolvidos no contexto ou mesmo, como pontuado por Rancière (2014), evitando a opacidade da classe essencialmente envolvida, constituindo verdadeiramente a coletividade dentro do fazer democrático.

Em decorrência da trajetória delineada é importante pontuar que, embora a legislação predita considere a Formação Continuada de professores da educação básica como de responsabilidade do Estado e que ela é componente essencial para a atuação profissional do grupo, é sabido que os marcos legais contextuais e o processo formativo em si nem sempre são constituídos por espaço dialógico-participativo, muitas vezes alijando o corpo docente do direito de participar da sua construção, efetivação prática e avaliação. Pelo fato de a Formação Continuada ser considerada como uma importante ferramenta de atualização e desenvolvimento profissional, que assume papel estratégico na aproximação entre o fazer docente e as necessidades educacionais formais dos alunos.

Sobre isso – e sendo assim - evidenciar ao conhecimento público modelos de participação e decisão docente na formação continuada pode contribuir para a valorização, sentido de pertinência e fortalecimento desse processo. Além disso, esta contribuição com perfil *lato* propõe, implicitamente, o ressignificado do fazer da ação pública voltada à formação docente continuada, uma vez que recoloca o poder público diante do debate sobre o modelo de política educacional que se quer construir, sob a ótica de responsabilização do Estado em suprir as necessidades educacionais contemporâneas do público atendido (nesse caso os alunos).

Como resultante do cenário supracitado, este trabalho tem como objetivo evidenciar o modelo de participação docente no processo decisório da Formação Continuada que acontece na rede municipal do Ipojuca, em Pernambuco.

METODOLOGIA

O modelo de participação docente aqui apresentado foi textualmente materializado utilizando abordagem de pesquisa do tipo “mista” (quantitativa e qualitativa), por utilizar-se de meios estatísticos e de significados, lançando mão de processos indutivos e dedutivos, com objetivo exploratório-descritivo (Gil, 2012).

A perspectiva exploratória-descritiva utilizada tem como base epistemológica o conceito de *policy cycle* descrito por Ball (1997). Os dados quanti-qualitativos analisados foram coletados durante o processo de construção documental, nos formulários digitais avaliativos das formações (em serviço e em rede) preenchidos pelos docentes e no formulário digital de cadastro para o banco de formadores do município.

Para fins de apresentação dos resultados sobre as possibilidades de participação docente no processo decisório nas formações continuadas (e da discussão deles) os dados coletados foram organizados em três fases temporalmente lineares e complementares entre si:

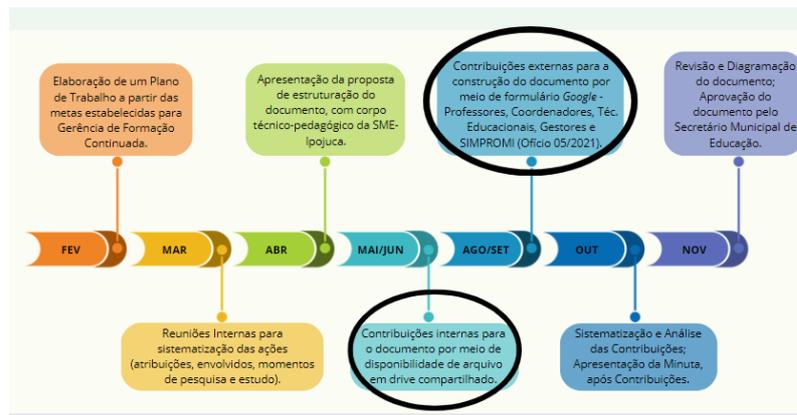
1. Processo de construção da Política de Formação Continuada;
2. Participação decisória docente durante os processos formativos;
3. Avanços associados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os espaços para participação docente no processo decisório da formação continuada do município do Ipojuca permitiram/permitem ao grupo ação decisiva na construção, transcorrer e (re)avaliação do processo formativo docente. Esses espaços configuram-se como *inputs* de demandas de participação, o que é significativo quando se leva em consideração que o Estado, na maioria de suas ações, geralmente é incubido de suprir demandas de apoio meramente político, os chamados *Withinputs* (Easton, 1970). Contudo, mesmo sendo clara a presença de uma demanda participação ela, por si só, não garante que a lacuna se configure em ação e que a demanda seja efetivamente atendida como direito do grupo em questão.

Sobre isso, a figura 1 traz os momentos temporais e as formas práticas de participação docente enquanto atores políticos na construção da Política de Formação Continuada (PFC) do Sistema Municipal de Educação do Ipojuca (fase 1), com destaque para o período compreendido pelos meses de maio, junho, agosto e setembro de 2021.

Figura 1 – Linha do tempo com as etapas da construção e oficialização da PFC no ano de 2021.



Fonte: os autores (2023).

Os destaques na figura 1 evidenciam especificamente os momentos de participação direta do corpo docente municipal na construção da Política de Formação Continuada do município durante a fase 1. No primeiro momento o corpo técnico da Secretaria de Educação – incluindo os docentes em função técnica, os analistas educacionais e a representação de classe - tiveram acesso para contribuição direta à construção da PFC. No segundo momento foi a vez dos atores políticos em regência, incluindo o corpo docente, coordenativo e técnico das escolas.

As figuras 2 e 3 trazem os detalhes dessas contribuições, que versaram por indicativos textuais e quantitativos.

Figura 2 – Contribuição docente antes da disponibilização externa do documento.



Fonte: os autores (2023).

Figura 3– Contribuição docente durante a abertura do documento aos docentes atuantes nas escolas.



Fonte: os autores (2023).

O período expresso na figura 3 trouxe contribuições quantitativas quanto à validação da construção da PFC e de alguns dos processos nela previstos. Além disso, os atores envolvidos nesse momento puderam contribuir diretamente na construção do texto da PFC. Para as duas naturezas de participação foram utilizados instrumentais digitais compartilhados.

Na fase 2, o corpo docente em formação teve/tem como espaço decisório a possibilidade de avaliar as metodologias, espaços, tempos, materiais e objetivos das formações realizadas, indicar pautas formativas e até mesmo participar de processo para composição de um banco de formadores na rede municipal. Vale destacar que a atividade de formador possibilitada pelo cadastro no banco de formadores é remunerada para além dos vencimentos inerentes à regência e que a possibilidade está aberta a docente de qualquer tipo de vínculo empregatício com a prefeitura. A esse respeito, a figura 4 apresenta o resumo dessas possibilidades.

Figura 4 – Compilado de possibilidades de participação docente no processo decisório prático de formação continuada.



Fonte: os autores (2023).

Após transcorrido o tempo desde a construção da Política de Formação Continuada do município, passando pela implementação e efetivação dos processos formativos, algumas mudanças – aqui chamadas de “avanços associados” – foram incorporadas aos processos formativos graças às demandas e sugestões docentes relatadas durante as formações continuadas (fase 3). Dentre esses avanços, destacam-se:

- A ampliação dos grupos formativos (de 11 para 21, atendendo de forma específica às necessidades da maioria das etapas e modalidades de ensino ofertadas pela rede municipal);
- A atualização em tempo real do calendário mensal de formação e dos demais assuntos formativos na plataforma digital do Sistema Educacional do Ipojuca (SEI);
- A ampliação dos recursos formativos (materiais, logísticos, tecnológicos e humanos);
- A ampliação dos espaços e tempos de formação (formações aos sábados para os grupos de professores dos anos iniciais e da educação infantil que não possuem contraturno livre);
- A flexibilização dos processos formativos (formação assíncrona).

Em termos práticos não é fácil trazer à mesma arena convergência de interesses entre atores políticos formuladores/implementadores e aqueles que serão diretamente afetados pelo produto desses processos. Para isso é necessário desconstruir certezas, focalizar engajamentos. Foi apoiado nisso, e no que Rua [s.d.] chama de “imperatividade pública” nas Políticas Públicas, que o processo de construção, implementação e (re)avaliação da PFC do Ipojuca foi balizado. Vale destacar que os instrumentos utilizados na fase 1 e 2 do processo formativo do município foram pensados, dialogados e construídos por professores efetivos da rede municipal, evitando a pressão de *players* com objetivos do campo puramente político.

Em complemento, a apresentação deste *case* do fazer em política pública toma forma importante por coligar o que Mainardes (2006) destacaria como a política proposta, a política de fato e a política em uso. Proposta porque a Política de Formação Continuada do Ipojuca configura-se como uma Política oficial; de fato, porque está materializada num texto; em uso, porque emerge dos profissionais que atuam no nível da prática. Para além disso, põe em prática um contexto sinérgico entre influência, produção de texto e prática, com a política como texto e a política como discurso tangenciando-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de participação docente no processo decisório da formação continuada do município do Ipojuca proporcionaram diferentes contribuições, tangenciando a

formulação, a implementação e a reavaliação da Política de Formação do município. Na prática, o que se observa é a mudança de percepção do processo formativo por parte do corpo docente, passando de um clima de negação ao direito de construir e participar do processo de formação para um clima de valorização e valorização deste direito.

A análise de uma política pública não é fácil. Deve levar em conta os fatores da macro e da micropolítica, as relações e interpenetrações dos diversos interesses. Por isso, não se pretendeu esgotar a discussão sobre o exemplo compartilhado nesse texto, tampouco desconsiderar os elementos contrariantes à opinião formulada. Ainda assim, apesar das dificuldades existentes, entende-se, após quase três anos de implementação, que o modelo adotado pelo município do Ipojuca para o *Policy Cycle* em voga pode ser replicado em outra(s) rede(s) municipal(is), respeitando, claro, as especificidades de cada localidade. Esse entendimento é reforçado pelas percepções, relatos e dados objetivos vinculados aos instrumentais utilizados para o acompanhamento do fazer formativo.

Por fim, entende-se que estudos sobre o *case* abordado, dessa vez com caráter longitudinal, podem confirmar (ou refutar) as impressões aqui relatadas, comparar os fatos, além de elencar outras possibilidades, visões e experiências sobre o mesmo tema.

REFERÊNCIAS

ALVARO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thais Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educativo**, v. 10, n. 30, p. 367-387, 2010.

BALL, Stephen John. Policy sociology and critical social research: a personal review of recent education policy and policy research. **British Educational Research Journal**, v. 23, n. 3, 1997. p. 257-274.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. 1996.

_____. Lei nº 11.738/2008, institui o **Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica**. 2008.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 18. 2012, **trata da implantação da Lei nº 11.738/2008**. Disponível em: <https://undime.org.br/wp-content/uploads/2013/09/pceb018_12.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2017.

_____. Resolução CNE/CP N° 1, que dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação (BNC-Formação Continuada)**. 2020.

EASTON, David. (Org.). **Modalidades de Análise Política**, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1970. 199 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 220 p.

IPOJUCA. **Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025)**. 2015. Disponível em: <<https://camaraipojuca.pe.gov.br/processo-legislativo/normas-do-processlegislativo/projetos-de-lei/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

_____. **Currículo Referência do Ipojuca**. 2020. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDr0l8gJW3SAYUWevTvfnnnsAeb4P0CRZeGmCIQFQdK_VyTmg/viewform>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____. **Política de Formação Continuada**. 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1pVm89Vk-EYeTX6u1ISGI9svb6uxKmdhO/view>>. Acesso em: 30 out. 2023.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, 2006. p. 47-69.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicaspUBLICAS/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2023.